



TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE ESTABILIZAÇÃO DE FACHADAS DO PRÉDIO URBANO – EDIFÍCIO DA ANTIGA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE COIMBRA

Joana Garcia¹

SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Localização -

O presente resumo refere-se aos trabalhos arqueológicos efetuados em 2017, no âmbito do projeto designado por “Estabilização de Fachadas do Prédio Urbano – Edifício da Antiga Associação de Futebol de Coimbra”, que consistia na estabilização das fachadas, impermeabilização do paramento no alçado posterior, limpeza e desmatação do imóvel sito no Largo adjacente ao Pátio de Inquisição.

A área de intervenção insere-se num largo adjacente ao Pátio da Inquisição, sito na União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Stª Cruz, S. Bartolomeu e Almedina). Este edifício encontra-se totalmente inserido no conjunto da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia inscrito na Lista do Património Mundial no dia 22 de junho de 2013 (decisão 37COM8B.38 do Comité do Património Mundial), publicitada através do Aviso n.º 14917/2013, D.R. n.º 236, 2ª série, de 5 de dezembro e nos termos do previsto no n.º 7 do artigo 15º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (LBP) como conjunto de Interesse Nacional (MN) o Conjunto da Universidade de Coimbra-Alta e Sofia, publicitado através do Anúncio n.º 175/2013, DR, 2ª Série, n.º 93 de 15 de maio.



Figura 01 – Localização do espaço em estudo em cartografia 1/1000

- Enquadramento legal –

Os trabalhos arqueológicos enquadraram-se na categoria C, alínea c), do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 04 de novembro – Novo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, que preconiza ações preventivas e de minimização de impactos integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático. Ressalva-se também o cumprimento da Lei 107/2001 de 8 de setembro.

Em consonância com o parecer da DRCC, propôs-se o acompanhamento arqueológico dos trabalhos de limpeza e desmatação do edifício.

¹ Técnica Superior de Arqueologia, Divisão de Reabilitação Urbana, Câmara Municipal de Coimbra



Todo o trabalho realizado pela equipa de arqueologia respeitou os termos da legislação em vigor. A ação arqueológica foi precedida da obtenção da licença junto da entidade competente e sucedida pelo envio de um documento final.

- Equipa técnica e duração dos trabalhos -

Os trabalhos arqueológicos foram da responsabilidade científica da arqueóloga Joana Garcia, que ficou encarregue da realização de relatórios. Os arqueólogos Ana Sofia Gervásio, Sérgio Madeira, Sílvia Raquel Santos foram corresponsáveis da ação arqueológica.

O processo de acompanhamento arqueológico teve início a 29 de agosto de 2017 e ficou concluído a 06 de setembro de 2017, contando apenas com 11 dias.

- Contexto do património histórico-arqueológico -

O imóvel em estudo, previamente pertencente à Associação de Futebol de Coimbra, fica situado num largo junto ao Pátio da Inquisição. Este espaço ficou famoso por aí ter funcionado o Colégio das Artes (Séc. XVI) e posteriormente o Tribunal do Santo Ofício (entre os séculos XVI e XIX). Este maciço de construções está hoje muito modificado, sendo esparsas as referências aos edifícios e às transformações que sofreram ao longo dos séculos.

Sendo uma zona de baldio até aos inícios do século XVI, foi com a reforma do ensino que D. João III fez em Portugal, que este espaço começou a tomar forma. A construção do Colégio de S. Miguel (juntamente com o de Todos-os-Santos), desencadeou a formação da Rua da Sofia, construção esta intimamente ligada à transferência definitiva da Universidade para Coimbra. Com a reforma do Mosteiro de Santa Cruz na década de 30 do século XVI, e a conjugação de esforços entre o monarca e frei Brás de Braga, irá dar-se início à arrojada construção de colégios, para os quais foi necessário reunir toda uma série de condições propícias à sua execução e pleno funcionamento. Era o primeiro passo para a projeção a nível nacional de um ensino e uma cultura liderados pelos crúzios.

O Mosteiro de Santa Cruz adquiriu os meios materiais e humanos para que tal pudesse ser posto em prática. Houve compra e troca de terrenos, e vieram professores de França para que tudo pudesse avançar.

Planeado para 12 colegiais, o Colégio de S. Miguel era destinado a canonistas e teólogos, que deveriam vestir uma loba de cor castanho-escuro e becas de pano roxo, sendo interdito sair à cidade ou qualquer outro sítio com o hábito. O Reitor deveria ser eleito na véspera do dia de S. Miguel, sempre numa cerimónia com missa e confirmado pelo Reitor.

Os dois colégios (o de S. Miguel e o de Todos-os-Santos) foram avaliados por Diogo de Castilho em “hum conto e sete çentos mil reais pouco mais ou menos”. Projetados em 1535, o colégio de Todos-os-Santos (mais pequeno que o de S. Miguel) iniciou as suas funções mais cedo que o colégio vizinho. O Colégio de S. Miguel teria uma envergadura diferente do de Todos-os-Santos, pois poderia projetar-se pela Rua da Sofia de uma forma mais ampla. Embora



estivesse já a funcionar em 1542, as obras prolongaram-se até à entrega ao Colégio das Artes, num trabalho de colaboração entre Diogo de Castilho e João de Ruão.

Sabe-se, por testemunho tardio, da existência de um claustro em pedra de Ançã; do lado norte do claustro, construíram-se oito celas para os aposentos dos colegiais; do lado sul do claustro ficava o Refeitório, a Cozinha, a Igreja e outras dependências que serviriam de oficinas ao Colégio. Na entrada do Colégio era visível uma enorme escadaria em pedra de Ançã. O claustro de S. Miguel estender-se-ia por uma área cujos limites estão estabelecidos a sul e a nascente e cuja extensão para norte deveria coincidir com a infraestrutura criada pelos inquisidores (corredor dos inquisidores localizados no piso superior).

A Igreja de S. Miguel foi posteriormente adaptada a sala de aulas no Colégio das Artes. Localizada na ala sul do claustro, a presença da igreja é um dado inquestionável também pelo regulamento que obriga os colegiais a ouvirem missa diária, no Verão às 6 horas e no Inverno às 7h. A mancha ocupada pelo colégio S. Miguel partiria de Todos-os-Santos e desenvolver-se-ia no acompanhamento da Rua da Sofia, correndo paralela às três casas pequenas e duas grandes, de três pisos, construídas aí pelo mosteiro, num alinhamento que depois se viria a prolongar para norte e a Inquisição adaptou às casas dos guardas.

O casco deste Colégios encontrava-se ainda admiravelmente conservados em 1796, à data em que José Carlos Magne os incluía nos desenhos do seu levantamento no Largo de Sansão, vias e edifícios circundantes.

As obras destes colégios, cujo projeto é provavelmente da autoria de Diogo de Castilho, tiveram o seu início em 1535, decorrendo ainda em 1548 quando D. João III pediu os edifícios ao Prior de Santa Cruz para aí instalar o Colégio das Artes. As obras de construção e adaptação do novo colégio terão começado nesse mesmo ano, ficando à frente da intervenção o arquiteto-construtor Diogo de Castilho, embora se saiba que as empreitadas parcelares foram entregues a outros mestres. Pode afirmar-se que no Colégio das Artes se firmaram construtivamente as formas da Renascença, pois foi aqui que Castilho lançou o esquema das partes baixas dos claustros dos colégios, formado por arcos divididos em grupos de dois, que se apoiam em colunas jónicas, separadas por pilares. A sua originalidade está nas volutas dispostas ao contrário da forma clássica, isto é, têm o corpo dos enrolamentos para fora. Para além do claustro, que ainda hoje se pode admirar em parte, no espaço que ficou conhecido por “Lanço Novo” existiam ainda cerca de uma dezena de salas de aula e um refeitório. No andar superior estavam situados os 54 quartos, com acesso a três varandas, e a Sala dos Autos Públicos.

Apesar das boas acomodações surgiram problemas graves de organização interna, nomeadamente relacionados com a vinda de mestres estrangeiros. Para pôr cobro a esta situação, D. João III decidiu entregar, a 10 de Setembro de 1555, a direção e as instalações do Colégio das Artes à Companhia de Jesus, chegada a Portugal em 1542.

Os Jesuítas conservaram-se na Rua da Sofia até 1566, data em que as instalações são ocupadas pelo Tribunal da Inquisição, onde esteve até ser extinta, em 1821. Esta instituição começou a ocupar o Lanço Novo do Colégio das Artes e pouco tempo depois, devidamente autorizados pela Companhia de Jesus, os antigos colégios (S. Miguel e Todos-os-Santos) e as casas pertencentes na Rua da Sofia.



A ocupação dos edifícios por parte da Inquisição fez praticamente desaparecer as velhas construções. As instalações foram sendo adaptadas: para a Rua da Sofia ficava a “Porta da Bica”, por onde entravam os presos. Havia outra entrada pelo Pátio de S. Miguel, que já não existe, mas o núcleo principal voltava-se para o Pátio da Inquisição. Neste espaço, à direita, situavam-se os “Aposentos dos Inquisidores”, com terraço avarandado, por baixo localizava-se a “Casa do Tormento”, ladeada de diversas celas.

Com o fim do Tribunal da Inquisição (aviso régio de 22 de Setembro de 1821) os edifícios passaram para a mão de particulares e para a Câmara Municipal. As convulsões das lutas liberais e a instauração da República deixaram os edifícios abandonados, até serem, em parte, restaurados em 1935 para a instalação da “Casa dos Pobres”, obra apadrinhada pelo Estado Novo. As restantes dependências ficaram afetas a várias entidades políticas e culturais, tal como acontece com o edifício em estudo, que foi entregue ao Município e tendo sofrido várias intervenções ao longo dos tempos.

E, 28 de Maio de 1953 inauguraram-se nestes espaços uma série de estruturas municipais, tais como uma dependência da fiscalização do peixe, um posto de pesos e medidas e um balneário público.

Nesta área destaca-se a intervenção arqueológica desenvolvida na Ala Central do Pátio da Inquisição, inicialmente da responsabilidade da arqueóloga Ana Sofia Gervásio e posteriormente do arqueólogo Sérgio Madeira, a que se deve o seguinte resumo relacionado com a ação levada a cabo por parte da arqueologia.

«Ainda que os trabalhos arqueológicos tenham contribuído para esclarecer várias questões relacionadas com a perceção e interpretação dos elementos que advêm da traça primitiva do local e diversas remodelações posteriores que caracterizaram a sua evolução arquitetónica, prevalecem ainda questões que apenas a súpula de resultados da análise de todo o espaço do Pátio da Inquisição, a seu tempo, poderá resolver, nomeadamente após futuras intervenções na Ala Nascente e envolvente da Rua da Sofia.

Uma realidade que se apresenta como incontornável é o efetivo choque entre a amplitude e beleza dos espaços ao tempo do Colégio das Artes no século XVI e a posterior subdivisão em parcelas com utilidades muito concretas por parte da Inquisição logo também entre fins do século XVI e inícios do século XVII mas, também, posteriormente, no século XVIII e, eventualmente, ainda no século XIX, sendo disso exemplos importantes a reestruturação do sótão, a criação do 3.º piso e a subdivisão, através de um sobrado, da cave em dois pisos, para além da subdivisão dos espaços interiores nos vários pisos através da elevação de paredes divisórias.

Constata-se, igualmente, que a proliferação de processos da Inquisição obrigou a uma crescente necessidade de criação de cada vez mais celas, sendo disso exemplo as celas postas à vista nos Setores 2 e 3 da cave, as quais não aparecem referenciadas nas plantas da Inquisição de 1634 da autoria de Mateus do Couto, devendo, por inerência, ser posteriores a essa data, uma vez que as demais celas se encontram aí representadas.

As mais recentes alterações ao local a partir da extinção da Inquisição em 1821 poderão ter contribuído para o desaparecimento de alguns vestígios estruturais e materiais da história passada do local.



Nesta intervenção foi definida como medida fundamental de minimização do impacto da obra de recuperação proceder à marcação e integração de todas e quaisquer pré existências, devendo referir-se, nessa conformidade, a marcação nas novas argamassas das paredes todas as precedentes portas, janelas e arcos, assim como todas as estruturas postas a descoberto na cave, como sejam as celas dos Setores 2 e 3, a conduta do Setor 1 e a divisão associada ao “tormento” no Setor 5, para além das colunas com capitéis jónicos.

Mediante novos trabalhos a desenvolver nos espaços vizinhos, poderá, a seu tempo, perspetivar-se uma temática musealização do espaço em apreço, o qual se apresenta como reminiscência de profundo valor histórico e cultural.»

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS

- Acompanhamento arqueológico –

O imóvel em questão é constituído atualmente apenas pelas paredes confinantes e intermédia, sem cobertura, nem pavimentos, apresentando a fachada principal apenas 2 pisos. A entrada situa-se a poente e na frontaria localiza-se ainda o acesso a um edifício adjacente. A ruína do imóvel começou com a queda do telhado em 2006 (segundo informações orais) e prolongou-se pelos primeiros anos do século XXI.



Figura 02 – Aspeto da fachada principal do edifício

Excetuando a empena da fachada lateral esquerda, apenas a fachada principal do imóvel não se encontra absorvida pela malha urbana existente no local, ou seja, adossadas a outros imóveis.

Na frontaria, ao nível do rés-do-chão, situam-se 5 vãos de porta, sendo que a do lado Sudoeste articula com outro edifício. O primeiro, logo após a passagem do arco por onde se acede ao largo, é ligeiramente distinto na soleira e possui um degrau. O 1.º andar conta igualmente com 5 vãos que formam janelas, dispostos em harmonia com os do piso inferior. Todos têm cantaria de calcário. Deveria existir ainda uma espécie de sótão, do qual restam apenas vestígios do sobrado e os vãos da fachada lateral esquerda. O telhado seria de duas águas com telha canudo.

Atravessando as portadas térreas deparamo-nos com arcaria de 3 arcos, que deveria “quebrar” o espaço do piso inferior. Esta arcaria é composta por pedras calcárias de médias e pequenas dimensões agregadas por argamassa bege, grão variável e compactidade mediana. Apresenta igualmente alguns elementos de cerâmica de construção, assim com um ou outro pedaço de madeira. No encerramento dos arcos para além de tijolos, é ainda visível a presença de algumas pedras de calcário.

O chão do andar térreo estava dividido em materiais distintos. Na zona da entrada localiza-se um lajeado irregular de pedras calcárias de medianas proporções, passado o arco para Noroeste, o chão está coberto de cimento, talvez também por cima de lajes.

Do lado esquerdo ainda se vislumbra uma parede divisória em enxaimel. À direita existiria um lanço de escadas que atingiria o andar superior. Esta escadaria seria em madeira com corrimão do mesmo material. Na fachada posterior observam-se dois janelos de reduzidas dimensões.

O sobrado do 1.º piso seria de madeira, conforme os vestígios ainda existentes no local. Nesse andar é possível perceber diversas camadas a revestir as paredes, pinturas sobre pinturas (foi possível distinguir tons avermelhados, amarelados, bege e branco). Identificou-se igualmente um tipo de pintura imitando papel de parede, técnica muito comum em meados do século passado, existiam por exemplo motivos vegetalistas, marítimos (barcos) ou diversos (como corações).

A fachada posterior ao nível do 1.º andar, apenas com uma janela pequena, seria constituída parcialmente por argamassa colmatada com telhas fragmentadas. No imóvel que se encontra adossado apercebe-se uma composição de enxaimel com a madeira em forma de cruz.



Foto 03 – Aspeto do interior do imóvel antes da remoção do entulho



No piso cimeiro, possivelmente um sótão, surgia o revestimento em azulejos, não total. Na fachada lateral esquerda vêem-se dois vãos (janelas) e por cima de uma dessas aberturas situa-se uma outra janela, mas de menores dimensões. Na fachada lateral direita existem indícios de um vão (porta) tamponado, encimado por um arco de descarga em tijolo. Esta antiga abertura parece ter sido encerrada com a construção da casa anexa. Também as janelas existentes na fachada tardoz comprovarão a edificação posterior do imóvel traseiro.

Do trabalho arqueológico constou o acompanhamento da retirada do entulho acumulado no interior após a derrocada do edifício, pelo que foi possível observar uma panóplia de materiais construtivos, nomeadamente pertencentes à constituição das paredes divisórias, pavimentos e telhado. Para além das inúmeras telhas identificadas, os resíduos pautavam-se sobretudo pela madeira, tijolo tipo burro e resquícios parietais, a par de alguns objetos de ornamentação e eletrodomésticos, últimos vestígios da vida habitacional do imóvel. As paredes divisórias teriam composições distintas, como enxaimel, madeira, tijolo, contraplacado e um constituinte de palha argamassada. No meio dos pedaços de madeira foi visível a existência de pregos de fabrico artesanal.

Assim, dada a sensibilidade patrimonial do sítio em apreço, novos trabalhos de construção civil deverão prever intervenção arqueológica.



Foto 04 e 05 – Arcos no piso térreo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos de arqueologia permitiram vislumbrar de modo parcial os elementos construtivos da habitação, destacando-se a utilização de paredes divisórias de natureza distinta, o uso de sobrado em madeira e opções de revestimento variadas. Sobressaem neste edificado a arcaria do rés-do-chão, o lajeado do piso térreo e a existência de alguns vãos tamponados. Novas abordagens arqueológicas possibilitarão um visionamento mais genérico do espaço, assim como um conhecimento mais profundo a nível do subsolo e parietal.



Convém salientar, que a ação arqueológica foi desenvolvida sem dificultar os trabalhos inerentes à estabilização das fachadas. A empreitada decorreu sem constrangimentos arqueológicos.

Finalmente reforça-se a importância da intervenção arqueológica nestes espaços de elevada riqueza patrimonial, que viabilizam um conhecimento mais profundo da “vida” e da própria génese histórica da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge, Coimbra – A Montagem de um Cenário Urbano, Coimbra, Edições da Universidade de Coimbra, 2008.
- BORGES, Nelson C., Coimbra e Região, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- CORREIA, Vergílio, Obras, Volume I, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1946.
- CRAVEIRO, Lurdes, O Renascimento em Coimbra: Modelos e Programas Arquitectónicos, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002.
- CORREIA, Vergílio e GONÇALVES, António Nogueira, Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra, Vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.
- FRADE, Helena e CAETANO, José Carlos, O Pátio da Inquisição – Notas histórico-Arqueológicas, Actas do Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, 1994.
- MANTAS, Vasco, A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga, Coimbra, Tese de doutoramento policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 1996.
- PINHO, João, Freguesia de Santa Cruz – História, memória e monumentalidade, Edição da Junta de Freguesia.
- SILVA, Luísa Maria, Relatório Histórico-Artístico. Câmara Municipal de Coimbra, 2012.

Internet (consultada em março de 2017):

<http://www.googleearth.com>

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>